



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram - (31) 99881-4367
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Reforçada atuação em defesa da classe

IZABELA MACHADO



Reunião foi realizada na Amagis

Dirigentes da AMB e de Associações estaduais de todo o País reuniram-se, no dia 29 de junho, na sede da Amagis, em Belo Horizonte, para discutir estratégias de atuação em Brasília, neste segundo semestre do ano, contra projetos que afetam conquistas da Magistratura e o Sistema de Justiça. **PÁGINA 5**

Posse e compromisso reafirmado

RENATA CALDEIRA



Cerimônia foi realizada no Palácio das Artes, em Belo Horizonte

Ao tomar posse, no dia 29 de junho, o novo presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, reafirmou compromissos com a independência da Magistratura, a valorização de magistrados e servidores e com a gestão compartilhada no TJ. **PÁGINAS 6 E 7**

Atuação fortalecida em defesa da valorização da Magistratura

MAURÍCIO SOARES*

Com a chegada do recesso em Brasília, teremos a oportunidade de recarregar as baterias e reorientar nossa atuação para o próximo semestre que anuncia ser de grandes e importantes desafios. Um dos principais é garantir e preservar nossas conquistas, impedindo perdas e retrocesso à Magistratura e ao Judiciário, que, há, pelo menos, dois anos, vêm sendo alvos de intensas e consecutivas ameaças. Não fossem a unidade, presença e determinação que dedicamos à missão, com certeza, o resultado teria tudo para ser diferente e negativo.

Ainda assim, algumas situações oferecem riscos neste segundo semestre. A intervenção federal no Rio de Janeiro, que impede mudanças na Constituição, e a chegada da campanha eleitoral neutralizam o poder de decisão do Congres-

sso Nacional e do Poder Executivo, adiando quaisquer mudanças para o fim do ano. Já o Supremo Tribunal Federal terá pautas mais intensas a partir de agosto, com julgamentos referentes a ações de interesse direto da Magistratura, como o auxílio saúde, previsto para setembro.

Temos todas as razões para acreditar na interlocução e conciliação, porque não há forma de construção que seja baseada em medidas de força ou unilaterais. Afinal, não se constrói democracia sem justiça, nem justiça sem democracia. Acreditamos radicalmente em ambas, convictos de que não há motivos para vencidos ou vencedores. Como temos feito, não descuidaremos em nenhum do momento de nossa responsabilidade sobre os assuntos de interesse da classe e estaremos sempre prontos a agir para impedir prejuízos à Magistratura. Em parceria com a AMB e Associações estaduais, nossa mobilização é permanente e vem da força do

diálogo direto e sempre aberto ao entendimento em favor da valorização da classe e o aperfeiçoamento do Judiciário; nunca pelo retrocesso. Além de desafio maior, a valorização da Magistratura tem sido nossa prioridade máxima em todas as suas frentes, desde questões remuneratórias, paridade, resgate do adicional por tempo de serviço até melhores condições de trabalho e de segurança. São temas que foram reforçados na reunião que a AMB e Associações estaduais realizaram, no dia 29 de junho, na sede da Amagis. Nossa forma de atuação foi renovada e será materializada na presença constante na capital federal de modo a impedir que questões de interesse da classe sejam discutidas, muito menos decididas, sem nossa participação.

Aqui em Minas, participamos, com entusiasmo e grandes expectativas, da posse da nova direção do Tribunal de Justiça com a certeza de que não haverá descontinuidade no bom relacionamento da direção com a Amagis. Ao contrário, o novo presidente, desembargador Nelson Missias de Moraes, é, sem dúvida, uma das maiores lideranças mineiras e nacionais da Magistratura por sua trajetória dedicada ao associativismo e comprometida com as causas da Justiça. Apesar das dificuldades financeiras do Estado e do País, temos a convicção de que, cada vez mais, as demandas históricas dos juizes e do 1º grau como um todo serão reconhecidas. A questão nem envolve somente recursos, mas a clareza de que a Primeira Instância é a porta de entrada do Judiciário, por onde o cidadão inicia sua caminhada em busca de seus direitos. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Interior fortalece
diálogo institucional

PÁG 03

Diretoria discute orçamento no TJ

PÁG 04

Amagis sedia reunião de
planejamento da AMB

PÁG 05

Nelson Missias defende
independência da classe

PÁG 06

Presidente do TRE-MG visa
a democracia plena

PÁG 08

Novo cadastro unifica
sistemas de adoção

PÁG 12

Homenagem aos aposentados

PÁG 16

Frutal terá Apac Juvenil

PÁG 17

TRE-MG abordará cenário
político em curso

PÁG 18

Projeto prevê modernização

PÁG 21

+SAÚDE!

Campanha faz alerta sobre
hepatites virais

PÁG 27

Integramagis fortalece
congratamento da classe

PÁG 28

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juiz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Interior fortalece diálogo institucional

Amagis levou gestão itinerante para Uberlândia e Santa Bárbara

AMAGIS



Juízes do Triângulo Mineiro no Fórum de Uberlândia

Em um encontro inédito, magistrados da Comarca de Uberlândia e da região do Triângulo Mineiro reuniram-se, no dia 8 de junho, com o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o então presidente eleito do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, fortalecendo o diálogo entre as duas instituições e aproximando-as ainda mais das comarcas do interior do Estado.

Durante o encontro, do qual também participaram o então corregedor-geral eleito do TJMG, desembargador Saldanha da Fonseca, e os desembargadores Gilson Soares Lemes, Tiago Pinto e Dooragal Andrada, foram discutidas as ações da Amagis no Congresso Nacional em defesa dos direitos e prerrogativas da classe. Na reunião, os juízes do Triângulo Mineiro falaram sobre suas expectativas com relação à atuação da nova administração do Tribunal.

Na avaliação do presidente Maurício Soares, a presença do presidente eleito do Tribunal na reunião com os juízes do Triângulo Mineiro demonstrou a disposição para o diálogo e o compromisso da nova gestão do TJ com o 1º grau de jurisdição.

Para a diretora do Foro da Comarca de Uberlândia, juíza Maria Elisa Taglialegna, a presença dos presidentes da Amagis e do TJMG valoriza e fortalece os magistrados do interior. "Esse contato direto é

importante para que todos conheçam melhor a realidade da primeira instância", afirmou.

Segundo o juiz Lourenço Migliorini, secretário da Seccional da Amagis em Uberlândia, a reunião reafirmou a transparência do TJMG e sinalizou para uma aproximação maior com a primeira instância, além de uma parceria ainda mais sólida entre o TJMG e a Amagis.

SANTA BÁRBARA

Três dias depois da reunião no Triângulo Mineiro, o presidente da Amagis, acompanhado do desembargador Rogério Medeiros, foi à Comarca de Santa

Bárbara (Região Leste) para prestar apoio à juíza Fabiana Gonçalves da Silva Ferreira de Melo, que tem sofrido ameaças em razão de descontentamento com decisão proferida por ela na condução de um processo em que alguns políticos são acusados.

Maurício Soares ainda se reuniu com representantes da OAB, Ministério Público, Polícias Militar e Civil, que reiteraram o apoio à magistrada. "O legítimo inconformismo contra as decisões judiciais é demonstrado por meio de recursos, e não por meio de constrangimento à magistrada", afirmou o presidente da Amagis.

Para o desembargador Rogério Medeiros, a presença da Amagis é importante não só pelo apoio, mas também pela valorização do Judiciário. "Estes episódios de um processo delicado que tramita em Santa Bárbara vêm causando turbulência no relacionamento de algumas pessoas com o Poder Judiciário, o que causa alguma apreensão à Magistratura mineira", disse.

Na avaliação da juíza Fabiana Gonçalves, a visita do presidente e o apoio da Amagis dão respaldo à atuação nesse caso. "Esse apoio institucional é muito importante, e o peso de uma visita como essa também. É um processo complicado que envolve pessoas públicas, de famílias tradicionais, de uma cidade tradicional, que geram pequenos percalços, mas com as instituições aliadas conseguimos passar essa serenidade de que precisamos", comentou. ■

TIAGO PARRELA



Rogério Medeiros, Fabiana Gonçalves e Maurício Soares

Diretoria discute orçamento no TJ

Comitê discutiu as premissas orçamentárias

Atentos à elaboração do orçamento de 2019, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Cristiana Gualberto, participaram, no dia 18 de junho, da reunião do Comitê Gestor Regional e dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º grau, na qual foram discutidas as premissas da proposta orçamentária do próximo ano.

Na abertura da reunião, o então presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, destacou que o encontro confirma o compromisso da atual gestão com a transparência e o diálogo com todas as instâncias do Tribunal. Geraldo Augusto agradeceu ainda aos membros dos comitês pelo trabalho em prol da integração do Judiciário.

IZABELA MACHADO



Maurício Soares com membros dos comitês

Durante o encontro, também foi apresentado o relatório de fechamento das atividades do Comitê Gestor Regional, cujos novos membros foram eleitos no dia 19 de junho, entre eles os juízes Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro e Marcos Antônio Ferreira, respectivamente, representantes das Seccionais da Amagis de Uberlândia (Triângulo Mineiro) e Governador Valadares (Vale do Rio Doce).

Comprometida com o cumprimento da Política da Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do CNJ, a diretoria da Amagis mantém a interlocução com o Comitê Gestor e Comitês Orçamentários do TJMG, a fim de obter avanços nas condições de trabalhos dos magistrados mineiros.

Com esse objetivo, a Amagis tem mantido sua atuação no plano nacional. No dia 4 de maio, a vice-presidente Administra-

tiva, juíza Cristiana Gualberto, participou, em Brasília, do segundo encontro de representantes de Associações estaduais com a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

No encontro, foram discutidos temas como segurança dos juízes, valorização da magistratura, sistema penitenciário e o workshop sobre orçamento. Os representantes das Associações apresentaram ainda questões específicas de seus Estados. ■

COMITÊ GESTOR REGIONAL

Região I

Juiz Marcelo da Cruz Trigueiro – titular (Belo Horizonte)

Juiz Carlos Eduardo Vieira Gonçalves – suplente (Sete Lagoas)

Carlos Alberto Miranda Costa – servidor titular (Belo Horizonte)

Região II

Juiz Damião Alexandre Tavares Oliveira – titular (Ponte Nova)

Juíza Josselma da Silva Lages – suplente (Ipatinga)

Márcio Vinicius Barros Ferreira – servidor titular (Miradouro)

Região III

Juiz César Aparecido de Oliveira – titular (Uberlândia)

Juiz Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro – suplente (Uberlândia)

Leonardo Batista dos Santos – servidor titular (Nova Ponte)

Região IV

Juiz Marcos Antônio Ferreira – titular (Montes Claros)

Juíza Barbara Livio – suplente (Janaúba)

Edivan Rodrigues dos Santos – servidor titular (Janaúba)

Região V

Juiz Everton Villaron de Souza – titular (Governador Valadares)

Juiz Emerson Chaves Motta – suplente (Teófilo Otoni)

Spartacus Miranda Matos – servidor titular (Teófilo Otoni)

DE COMARCA EM COMARCA

★ Adriana Garcia Rabelo foi promovida, por antiguidade, da unidade jurisdicional única da Comarca de Nova Lima para o cargo de 36ª juíza de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte

★ Joemilson Donizetti Lopes foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Criminal da Comarca de

Uberlândia, para o cargo de presidente do 3º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte

★ Patrícia Froes Dayrell foi promovida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Matozinhos para a 1ª Vara Cível da Comarca de Ibirité

★ Marcelo Rodrigues Fioravante, titular do cargo de 37º juiz de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Belo Horizonte, e Arilson D'Assunção Alves, titular do cargo de juiz de Direito Sumariante do 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, fizeram permuta entre os respectivos cargos

Amagis sedia reunião de planejamento da AMB

Representantes de Associações de todo o País participaram do encontro

IZABELA MACHADO



Maurício Soares em reunião com dirigentes associativos

Ao sediar a 8ª Reunião do Conselho Executivo da AMB, realizada no dia 29 de junho, da qual participaram representantes de Associações de magistrados de todo o País, a Amagis reafirmou sua condição de uma das articuladoras da política nacional em defesa dos interesses da Magistratura, reforçada, na atual gestão,

com a participação do presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, em Brasília, na luta contra projetos que pretendem impor retrocessos à classe e ao Judiciário. Durante a reunião, foram abordados os projetos que afetam a Magistratura e as estratégias de atuação em Brasília, neste segundo semestre. Segundo o presidente Maurício Soares, foi muito construtivo receber a reunião da AMB. “O encontro promovido pela AMB em Minas, além de debater temas relevantes para a Magistratura, empresta prestígio à Amagis e coloca nossa Associação à frente dos debates nacionais”, afirmou Maurício Soares. Além disso, foram discutidas a implementação de plano odontológico e de seguro de vida para os associados e a criação de secretaria, ou comissão de trabalho, para tratar de políticas concretas de apoio a magistrados com filhos portadores de necessidades especiais, além de aprovada a ata da reunião anterior. ■

Associação requer acesso a distribuição de estagiários

Iniciativa está ligada à política de atenção ao 1º grau de jurisdição

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, enviou ofício, no dia 7 de junho, ao presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, no qual solicitou o acesso dos magistrados mineiros ao processo que trata da distribuição dos estagiários no Poder Judiciário de Minas Gerais. A solicitação encaminhada ao Tribunal pelo presidente da Amagis levou em consideração a relevância da matéria e o interesse direto de todos os magistrados, uma vez que a Associação entende que distribuição dos estagiários deve ser observada a partir da política de valorização do 1º grau de jurisdição, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O remanejamento da força de trabalho nos tribunais, minimizando as carências de recursos humanos nas unidades judiciais de 1ª instância, é um dos eixos da política de instituída pelo CNJ, por meio da resolução 219/2016. Atenta à necessidade de avanços, a diretoria da Amagis tem participado de discussões nos planos estadual e nacional sobre o tema (saiba mais na página 4). ■

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
BRASILEIROS

Amagis - Copre - Ofício nº 023/2018

Exmo. Sr.
Des. Geraldo Augusto de Almeida
DD: Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG
Av. Alexandre Peres, nº 4002, Santa
Bela Horizonte/MG, Cep: 30130-011

Assunto: Requerimento para acesso ao processo nº 0055086-89.2018.8.13.0000-TJMG

Recebido
Data: 08/06/18
de 05/06

Belo Horizonte, 07 de junho de 2018.

Venho, pelo presente, requerer a Vossa Excelência que autorize e viabilize o acesso, dos magistrados mineiros, aos autos do Processo nº 0055086-89.2018.8.13.0000-TJMG, que trata da distribuição dos estagiários no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, em razão da relevância da matéria e do interesse direto de todos os magistrados.

Des. Maurício Soares
Presidente da Amagis

Ass. Amagis: 194 - Copre - Cop: 201/0-140 - Telcel: 2070-2099 - Belo Horizonte - MG
www.amagis.org.br

Ofício da Amagis enviado ao TJ

Nelson Missias defende independência da classe

TIAGO PARRELA



Nelson Missias discursa durante posse no Palácio das Artes

Perante representantes dos Três Poderes, autoridades do Sistema de Justiça, dirigentes associativos de todo o País, centenas de magistrados e servidores, familiares e convidados, o novo presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, reafirmou, durante posse da diretoria do Tribunal (biênio 2018-2020), realizada no dia 29 de junho, seu compromisso com a independência da Magistratura, considerada uma das marcas de sua trajetória no Judiciário.

“Há exatos onze anos, ao me empossar como presidente da Amagis, eu já sinalizava o meu pensamento a esse respeito. Disse naquela oportunidade e repito agora: É dever de todos nós, magistrados, agentes políticos e todos aqueles que têm compromisso com o direito e a cidadania, a defesa de uma Magistratura independente”



“É dever de todos nós, magistrados, agentes políticos e todos aqueles que têm compromisso com o direito e a cidadania, a defesa de uma Magistratura independente”
Nelson Missias de Moraes

Nova direção do TJMG toma posse para biênio 2018/2010

dente, pois ela é a mais forte expressão, o mais pujante instrumento de sustentação de um estado democrático”, afirmou o presidente do Tribunal, ao observar ainda que independência não significa isolamento, e que pressupõe um relacionamento republicano com os Poderes Executivo e Legislativo e demais instituições.

Nelson Missias também reafirmou sua

proposta de campanha com a efetivação de uma gestão compartilhada, conforme havia adiantado ao Jornal DECISÃO, em matéria especial publicada na edição de junho. Em seu discurso, dirigiu-se, com atenção especial a magistrados e servidores, destacando a necessidade de valorizá-los e garantir-lhes mais segurança e melhores condições de trabalho.



“Desejo aos novos dirigentes do TJMG uma gestão profícua. São magistrados valorosos e capacitados, que conhecem a realidade e as necessidades da Magistratura”
Maurício Soares

TIAGO PARRELA



Maurício Soares e Nelson Missias

Deixou também um agradecimento especial aos desembargadores pelo voto de confiança para que ele assumisse o comando do Tribunal, à sua esposa Heloísa, aos filhos Tiago e Bruno e aos pais Maria Luzia e Agostinho. Rendeu homenagem ainda ao ex-presidente do TJMG Herbert Carneiro, falecido em abril último, manifestou gratidão aos desembargadores Tiago Pinto e Geraldo Augusto de Almeida, seu antecessor no TJMG, ao presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

“Quero fazer referência toda especial também ao desembargador Maurício Soares, amigo de muitas caminhadas, que, hoje, ocupa com competência invulgar a Presidência da Amagis, entidade a que ele vem prestando sua

colaboração há vários anos. Um abraço de fé, caro Maurício. Conতো sempre com sua colaboração”, afirmou Nelson Missias.

O presidente da Amagis desejou sucesso aos integrantes da direção do TJ. “Desejo aos novos dirigentes do TJMG uma gestão profícua. São magistrados valerosos e capacitados, que conhecem a realidade e as necessidades da Magistratura. Apesar das dificuldades que irá enfrentar, especialmente orçamentárias, o desembargador Nelson Missias mantém a convicção e defesa firmes da autonomia administrativa e financeira do Tribunal”, disse Maurício Soares.

Ao saudar a nova diretoria do TJMG, o orador oficial e desembargador, Tiago Pinto, homenageou cada um dos empossados, ressaltando a carreira do novo presidente do Tribunal no Judiciário, que teve início em Patos de Minas (Alto Paraíba), com o apoio do juiz daquela Comarca, Rubens Soares, pai do desembargador Maurício Soares.

“Eu lhe desejo, senhor presidente, o exercício da dúvida como ponto de partida de seus atos, para que, quando eles se efetivarem, sejam atos magnânimos, cheios de verdade e justiça, para a grandeza sua, para o sucesso de sua gestão, para o orgulho de nossa comunidade de juízes”, afirmou Tiago Pinto.

Ao deixar o cargo, o ex-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, agradeceu a confiança de todos e afirmou que foi uma honra dividir a gestão do Tribunal com os demais dirigentes da casa. “Trouxemos o grande navio do TJMG, obedecendo a rota, até um porto seguro. Agora, passando o leme da direção, a sensação do dever cumprido, de termos feito o que foi possível, o que foi entendido como certo, nas circunstâncias de cada momento”, disse, ao desejar sucesso aos novos dirigentes do Tribunal.

Entre as autoridades presentes, estiveram o ministro da Justiça, Torquato Jardim, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, o primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Fábio Ramalho, o senador Antonio Anastasia, o presidente da ALMG, deputado Adalcley Lopes, o conselheiro Francisco Luciano de Azevedo, do CNJ, a ministra Assusete Magalhães, do STJ, e o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira. ■

Conheça os novos dirigentes do TJMG

GEORGIA BAÇVAROFF



Nelson Missias de Moraes nasceu em João Pinheiro. É pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal. É professor

de Direito Penal e Processual Penal do Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos da Ejef, diretor do Instituto de Ciências Penais de Minas Gerais, e vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB. Foi presidente da Amagis no triênio 2007/2009. Desembargador do TJMG desde 2010. **Nelson Missias de Moraes - Presidente**

GEORGIA BAÇVAROFF



Natural de Ibiá, José Afrânio Vilela formou-se em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, em 1985. É desem-

bargador do TJMG desde março de 2005. Ingressou na Magistratura mineira em 1989. Foi juiz diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte. Atuou como juiz titular da 5ª Vara de Fazenda Pública e, em 2004, foi promovido ao cargo de juiz do extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais.

José Afrânio Vilela - 1º vice-presidente

TJMG



Áurea Maria Brasil Santos Perez é natural de Belo Horizonte. Formou-se em Direito pela UFMG em 1988. Ingressou

na Magistratura em 1993. Foi juíza da Corregedoria e diretora do Foro Belo Horizonte. É desembargadora do TJMG desde 2011. Na Ejef, atua como orientadora, professora e palestrante em Cursos de Formação da Escola Judicial e na correção de sentenças dos juízes substitutos. **Áurea Maria Brasil Santos Perez - 2ª vice-presidente**

RENATA CALDEIRA/TJMG



Mineira de Pouso Alegre, a desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro formou-se em Direito pela PUC Minas em

1976. Após ingressar na Magistratura, em 1990, atuou nas Comarcas de Cláudio, Abaeté, Formiga e Belo Horizonte. Na capital, foi juíza e diretora do Foro Eleitoral de 2009 a 2011. Tornou-se desembargadora em 2011, tendo sido ouvidora do TJMG, de agosto de 2012 a agosto de 2013. **Mariângela Meyer Pires Faleiro - 3ª vice-presidente**

RENATA CALDEIRA/TJMG



José Geraldo Saldanha da Fonseca nasceu em Belo Horizonte e formou-se em Direito pela UFMG. Foi inspetor do Mi-

nistério do Trabalho e advogou em Belo Horizonte. Ingressou na Magistratura mineira em 1980. Foi promovido a desembargador em 2005. Atuou como superintendente-adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do TJMG, entre março de 2008 e março de 2010. **José Geraldo Saldanha da Fonseca - corregedor-geral de Justiça**

SORAIA COSTA



Jayme Silvestre Corrêa Camargo nasceu em Resende (RJ). Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Barra

Mansa. É mestre em Direito Penal e Processo Penal e doutor em Direito Político. Ingressou na Magistratura em 1989. Na capital mineira, foi titular da 28ª Zona Eleitoral no biênio 2009/2011. É desembargador do TJMG desde 2011. Foi assessor especial da Presidência da Amagis. **Jayme Silvestre Corrêa Camargo - vice-corregedor-geral de Justiça**

Presidente do TRE-MG visa a democracia plena

Cerimônia de posse foi realizada no 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette

TIAGO PARRELA



Pedro Bernardes (C) com autoridades durante a posse

Com discurso em defesa da liberdade e da democracia plena, o desembargador Pedro Bernardes tomou posse, no dia 21 de junho, na Presidência do TRE-MG. O desembargador Rogério Medeiros foi empossado na Vice-presidência do Tribunal Eleitoral, durante cerimônia que marcou ainda o encerramento do biênio do desembargador Edgard Penna Amorim à frente da Corte. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da solenidade.

“A liberdade é um preceito fundamental à felicidade de um povo, pois não há liberdade sem democracia”, sustentou o novo presidente do TRE-MG ao observar a importância da luta de gerações anteriores para que o País pudesse alcançar o atual estágio democrático, e destacar a necessidade de se continuar trabalhando para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. “Não há lugar para retrocesso, como, às vezes, ouvimos, nos dias atuais, de vozes pouco esclarecidas”, observou.

O desembargador Pedro Bernardes ressaltou ainda o papel dos eleitores no fortalecimento da democracia. “É preciso que o eleitor, cada vez mais, tome consciência da importância do seu voto, para o momento e para o futuro de nosso Estado e de nossa Nação”, orientou, ao chamar a atenção para a necessidade de os cidadãos se informarem melhor com o objetivo

de fazer suas escolhas no momento de votar.

Em sua despedida da Presidência do TRE-MG, o desembargador Edgard Penna Amorim desejou sucesso aos novos dirigentes frente aos desafios que enfrentarão. Fazendo um balanço, contou que, durante sua gestão, buscou aprimorar as condições para que os magistrados mineiros assumissem o papel de “protagonistas da função eleitoral, participantes da implantação das políticas gerenciais no âmbito das zonas eleitorais e fiscalizadores do cumprimento das metas planejadamente estabelecidas”.

Ao falar em nome da Corte Eleitoral, o juiz Ricardo Matos ressaltou as realizações do

TIAGO PARRELA



Maurício Soares e Pedro Bernardes

desembargador Edgard Penna Amorim, destacou que o novo presidente assume o Tribunal num momento de grande tensão política e demonstrou a convicção de que o novo presidente conduzirá o TRE-MG com serenidade.

TRAJETÓRIAS

Natural de São Gotardo (Alto Paranaíba), Pedro Bernardes de Oliveira é graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos, com pós-graduação em Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ingressou na Magistratura em 1988, sendo desembargador do TJMG desde março de 2005. Na sua trajetória profissional,

além de professor, atuou como juiz eleitoral em várias localidades, como Belo Horizonte, entre 1999 e 2000.

O desembargador Rogério Medeiros é natural de São João Del Rei (Campos das Vertentes), graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986) e é doutor em Direito Administrativo pela mesma instituição. Foi promotor de Justiça em Minas Gerais de 1986 a 1999, quando ingressou na Magistratura. Nas eleições de 2004, presidiu o processo em BH, como diretor do Foro Eleitoral. Em 2006, foi membro substituto da Corte Eleitoral, na classe de juiz de direito. Promovido ao cargo de desembargador do TJMG, em 2008, integra, atualmente, a 13ª Câmara Cível da instituição. É autor de diversas obras jurídicas, exercendo a docência em cursos de graduação e pós-graduação. ■

Barreiro ganha novo Fórum

Prédio oferece melhores condições de trabalho

O TJMG inaugurou, no dia 21 de junho, as novas instalações do Fórum Regional e do Juizado Especial do Barreiro, em Belo Horizonte, unificando essas duas competências jurídicas em um só prédio.

Durante a cerimônia, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o então presidente do Tribunal, desembargador Geraldo Augusto, destacou que os antigos prédios do Fórum Regional e do Juizado Especial tornaram-se obsoletos para prover a infraestrutura compatível com um Judiciário moderno.

GEORGIA BAÇVAROFF



Autoridades na inauguração do prédio

O diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte, juiz Marcelo Fioravante, homenageou o ex-presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, falecido no dia 6 de abril deste ano, destacou a importância da obra e o significado dela para todos que se valem da estrutura como sua segunda casa.

Membro da Comissão de Transição entre as gestões do Tribunal, o juiz Delvan

Barcelos Júnior, da 1ª Vara Regional do Barreiro, ressaltou a importância da região para o Judiciário mineiro.

O então 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador Antônio Carlos Cruvinel, o ex-presidente do TJMG e desembargador José Fernandes Filho e o superintendente da Coinj (Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMG), desembargador Vicente de Oliveira, também participaram da solenidade. ■

Amagis reforça interlocução com a PF

Presidente reuniu-se com comando estadual

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, acompanhado dos integrantes da Comissão de Segurança da Amagis, reuniu-se, no dia 20 de junho, com o superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, delegado Rodrigo de Melo Teixeira. Na oportunidade, os dirigentes conversaram sobre assuntos de interesse das duas instituições.

Participaram também da reunião, pela PF, o chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos, delegado Bruno Eduardo de Oliveira Lopes, e o chefe da Delegacia Executiva de Operações, delegado Cristiano Campidel-

TIAGO PARRELA



Reunião na sede da Polícia Federal em MG

li; pela Amagis, o juiz Eduardo Gomes dos Reis e o desembargador aposentado Francisco Batista Abreu, membros da Comissão

da Segurança, o coordenador do Departamento Jurídico, José Eduardo Vecchi, e o assessor da Comissão, Juliano Araújo. ■

RÁPIDAS

★ O TRE-MG instalou, no dia 7 de junho, os retratos do desembargador Geraldo Domingos Coelho, na galeria de ex-presidentes do Tribunal, e do desembargador Ramon Tácio, na galeria de ex-diretores executivos da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, participaram da solenidade.

★ Os desembargadores Nelson Missias de Moraes, presidente do TJMG e ex-presidente da Amagis, e Pedro Bernardes de Oliveira, presidente do TRE-MG, receberam, no dia 5 de junho, da União dos Militares de Minas Gerais, a Medalha do Mérito do Coronel Fulgêncio de Souza Santos, Grau Ouro. O desembargador Antônio Cruvinel representou o então presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, na cerimônia.

★ A Ouvidoria do TJMG inaugurou, no dia 18 de junho, a galeria de retratos de ouvidores do Tribunal. Na ocasião, foram descerrados os retratos da desembargadora Mariângela Meyer (2012 a 2013), e dos desembargadores Doorgal Borges de Andrada (2013 a 2014), Jaubert Carneiro (2014 a 2015) e Moacyr Lobato (2015 a 2017). O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou do evento.

Contagem inaugura nova sede da Comarca

Prédio tem capacidade para até 49 varas judiciais

O TJMG inaugurou, no dia 6 de junho, as novas instalações do Fórum Doutor Pedro Aleixo, na Comarca de Contagem (Grande BH). O prédio tem capacidade de abrigar até 49 varas judiciais, Juizado Especial, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e dois salões do júri.

Segundo o presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, a unidade foi projetada para receber

TIAGO PARRELA



Descerramento da placa inaugural

jurisdicionados, magistrados, servidores e operadores do direito de forma adequada, visando à melhoria da pres-

tação jurisdicional. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o vice-presidente Financeiro da

Associação, desembargador Alberto Diniz, e a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixoto, participaram da inauguração.

Para o diretor do Foro, juiz Marcos Alberto Ferreira, a consequência é a melhoria da prestação jurisdicional. Durante a inauguração, os juízes Wagner Cavaliere, Marcos Alberto Ferreira, Carlos Donizetti e o servidor Herbert Neiva foram homenageados pelo empenho na concretização do projeto. ■

SEEU é instalado em Varginha

Presidente da Amagis participou da cerimônia com juízes da região

Ao lado do presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, e de juízes da região, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 15 de junho, da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na Comarca de Varginha (Sul de Minas), em cerimônia realizada no Fórum Juiz Ruy Vítor do Prado.

Para o desembargador Geraldo Augusto, o sistema cumpre o importante papel de humanização do cumprimento da pena. "O SEEU resguarda para o

TJMG



Geraldo Augusto e Maurício Soares com juízes em Varginha

preso todos os direitos previstos em lei e no tempo certo", disse, ao afirmar ainda que a ferramenta garante que não haverá prisão por tempo superior ao definido em lei.

O juiz auxiliar da presidência do TJMG, Thiago Col-

nago Cabral, fez referência ao ex-presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, falecido em abril deste ano, e revelou a profunda tristeza que acometeu a todos, suplantada gradativamente pelo compromisso

demonstrado pelo desembargador Geraldo Augusto com cada um membro da equipe e à instituição.

Os juízes auxiliares da Presidência do TJMG, Antônio Carlos Parreira (vice-presidente de Interior da Amagis), Bruno Teixeira Lino, o diretor do foro de Varginha, juiz Morvan Rabêlo de Rezende, o juiz Tarciso Moreira de Souza, da mesma comarca, também participaram da cerimônia. Ainda em junho, no dia 18, o TJMG instalou o SEEU na Comarca de Itajubá (na mesma região). ■

Ministro mineiro toma posse no STJ em agosto

Além da Presidência, João Otávio de Noronha também assume o CJF

LUCAS PRICKEN/STJ



Ministro João Otávio de Noronha

O ministro João Otávio de Noronha tomará posse na Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no final de agosto. O magistrado foi eleito pelo Pleno do órgão no dia 6 de junho, e também assumirá o comando do Conselho da Justiça Federal (CJF). Na mesma sessão, a ministra Maria Thereza de Assis Moura foi eleita para a Vice-presidência do Tribunal.

João Otávio de Noronha deixará o cargo de corregedor nacional de Justiça, que passará a ser exercido pelo ministro Humberto Martins, atual vi-

ce-presidente do STJ. Noronha sucederá a ministra Laurita Vaz.

Natural de Três Corações (Sul de Minas), João Otávio de Noronha é ministro do STJ desde dezembro de 2002. O magistrado será o 18º presidente do STJ e estará à frente do Tribunal quando ele completar 30 anos de instalação. ■

TJ instala retrato de Herbert Carneiro

Quadro foi inaugurado durante sessão do Órgão Especial

Durante sessão do Órgão Especial, no dia 13 de junho, o TJMG instalou o retrato do desembargador Herbert Carneiro, falecido no dia 6 abril último, na galeria dos ex-presidentes do Tribunal.

Na ocasião, o presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, afirmou

GEÓRGIA BACVAROFF



que Herbert Carneiro nunca se descuidou do ideal associativo de melhoria das condições de trabalho dos magis-

trados mineiros. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da sessão do Órgão Especial.

Geraldo Augusto e familiares de Herbert Carneiro

Acompanhada dos filhos e da mãe do ex-presidente, a viúva do magistrado, Denise Pires Carneiro, disse que o senso de justiça foi uma das marcas de Herbert Carneiro. Ainda na condição de presidente eleito do TJMG, o desembargador Nelson Missias de Moraes participou da instalação da foto. ■

Impressas ou eletrônicas

Você escolhe como deseja receber as publicações da Amagis:

Jornal Decisão - Revista MagisCultura - Revista Amagis Jurídica

Caso deseje receber apenas a versão eletrônica de algumas dessas publicações, envie solicitação para imprensa@amagis.com.br

NOVO CADASTRO UNIFICA SISTEMAS DE ADOÇÃO

Ferramenta será adotada gradativamente nas varas da Infância e da Juventude a partir do segundo semestre

IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA

Onovo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), desenvolvido pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entrou em sua fase inicial de teste nas Comarcas de Colatina e Cariacica (ES). A expectativa é que ele seja adotado gradativamente nas varas da Infância e Juventude de todo o País, a partir do segundo semestre deste ano, por meio de provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça. O CNJ deverá organizar o treinamento dos servidores e magistrados para operar o sistema.

Desde que o cadastro foi criado pelo CNJ, em 2008, mais de nove mil adoções foram realizadas por intermédio do CNA no Brasil. Pelo cadastro, as varas de infância passaram a se comunicar com facilidade, possibilitando as adoções interestaduais.

NOVO MODELO

As novas mudanças prometem facilitar ainda mais o processo. Entre as principais, está a junção em um banco de dados único do CNA ao Cadastro de Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), que inclui as que estão em abrigos, destituídas ou não do poder familiar.

Outra alteração permite a inclusão, no cadastro, de fotos, vídeos, cartas e desenhos das crianças e adolescentes que esperam uma nova família. Além disso, será possível fazer uma varredura automática diária entre o perfil de crianças e pretendentes e passar essas informações ao juiz. O novo CNA também emitirá alertas para a Corregedoria em caso de demora nos prazos dos processos com crianças acolhidas.

De acordo com a juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ Sandra Silvestre Torres - que preside o Grupo de Trabalho instituído para o aperfeiçoamento do CNA -, o objetivo do novo cadastro é colocar sempre a criança como sujeito principal, para que se permita a busca de uma família para ela, e não o contrário.

A Corregedoria Nacional de Justiça também receberá os dados com relação às crianças que, mesmo após a guarda familiar destituída, não conseguiram uma família.

Atualmente, os pretendentes à adoção não têm uma interação com o cadastro, pois só podem acessar os dados estatísticos consolidados. No novo CNA, eles terão acesso por login e senha, com a possibilidade de alterar dados. "Esses dados podem fundamentar políticas públicas para incentivar a adoção", informou a juíza.

MUDANÇA DE PARADIGMAS

Para o juiz José Honório de Resende, da 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Ibirité (Grande BH), o Cadastro Nacional de Adoção representou uma mudança de paradigmas na adoção no Brasil. Segundo ele, a realidade existente antes do CNA era de um cadastro local, organizado quase sempre manual e naturalmente precário.

"Quem pretendia adotar uma criança usava da estratégia de se habilitar em várias comarcas na busca de realizar o sonho da adoção. O cadastro nacional superou essa realidade. Permitiu fazer evoluir o modelo de adoção, conferindo-lhe transparência e perspectiva de maior eficiência. A adoção deixou de ser local para ser nacional", observou o magistrado.

A busca de pretendentes à adoção alcançou todo o território brasileiro, mas não mudou a realidade de quem se quer adotar. Atualmente, de acordo com o CNJ, há 43.713 pretendentes habilitados à adoção no cadastro, e 8.649 crianças e adolescentes à espera de uma família. Segundo o Conselho, 80% dos cadastrados informaram que pretendem adotar menores de cinco anos, enquanto apenas 26% das crianças à espera por uma família estão nessa faixa etária.

"Não temos estudos consolidados que permitam comparar se o modelo passou a ser mais eficiente, com melhores resultados, para crianças em primeira infância. Na verdade, para determinado perfil de crianças nunca faltaram pretendentes, com ou sem cadastro. Para outros, a história é diferente, os pretendentes sempre foram raros. E o cadastro pouco mudou essa realidade", reconheceu o juiz José Honório.

A proposta do novo CNA de incluir fotos, textos e do-

cumentos da criança e do adolescente para visualização dos pretendentes pode ser vista como um passo adiante para encorajar aqueles que vivem o sonho da adoção e facilitar o processo, principalmente quando se trata de adoções tardias. No entanto, José Honório ressaltou que essa divulgação poderá ser alvo de críticas pela exposição que fará daqueles que esperam por uma família. “Será fácil dizer que os adotandos viraram objetos. O certo, porém, que a proteção observada hoje, de vedar essas divulgações, pouco efetivamente tem contribuído para permitir que crianças e adolescentes possam ter convivência familiar e viver com dignidade. Se não funciona como se espera, é preciso mudar e logo”, advertiu o magistrado.

MINAS GERAIS

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), lançou em maio deste ano a campanha “O amor não vem do sangue. Vem do coração!”, para incentivar a adoção de crianças e adolescentes em todo o Estado.

Cartazes, matérias jornalísticas, divulgação nas redes sociais de times de futebol e uma sessão de cinema, com filme que abordou o tema, estiveram entre as ações pensadas com o intuito de sensibilizar e esclarecer a população sobre o assunto.

ARQUIVO PESSOAL



“PENSO QUE O GRANDE PASSO PARA A ADOÇÃO NO BRASIL MUDAR MESMO, EM VERDADE, É TORNAR O PERFIL SECUNDÁRIO. HOJE, NO BRASIL, O PERFIL É ESSENCIAL. SÓ VAMOS AVANÇAR MESMO QUANDO O PERFIL SE TORNAR SECUNDÁRIO. ISSO QUE É A ADOÇÃO DO CORAÇÃO”

JUIZ JOSÉ HONÓRIO

Em 2017, foram realizadas 1.252 adoções em todo o Estado de Minas Gerais, superando significativamente a marca de 1.080 adoções alcançada em 2015 e de 1.027 obtida em 2016.

Segundo o desembargador Vicente de Oliveira Silva, superintendente da Coinj, do TJMG, o grande desafio é conscientizar a população acerca da importância de flexibilizar o perfil das adoções, como faixa etária e cor de crianças pretendidas inicialmente, “de forma a viabilizar a adoção de crianças acima de sete anos de idade e adolescentes”.

“Penso que o grande passo para a adoção no Brasil mudar mesmo, em verdade, é tornar o perfil secundário. Hoje, no Brasil, o perfil é essencial. Só vamos avançar mesmo quando o perfil se tornar secundário. Isso que é a adoção do coração. Quero adotar. Esse é o objetivo. Teremos essa coragem?”, indagou o juiz José Honório. ■

CNJ



Site do Cadastro Nacional de Adoções do CNJ

ADOÇÕES EM MINAS

★ **Nº de adoções em 2017:** 1.252

★ **Nº de crianças e adolescentes disponíveis à adoção:** 646

★ **Nº de pretendentes à adoção:** 5.418

★ **Pretendentes que desejam adotar somente crianças brancas:** 750

★ **Pretendentes que desejam adotar somente crianças negras:** 77

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 1 ano:** 849

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 2 anos:** 1.023

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 3 anos:** 1.119

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 4 anos:** 770

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 5 anos:** 681

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 6 anos:** 406

★ **Pretendentes que desejam adotar crianças de até 7 anos:** 213

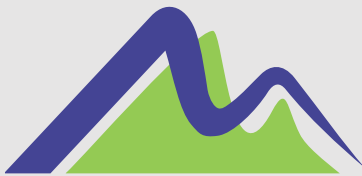
★ **Nº de crianças e adolescentes acolhidas:** 4.495

* Fonte: Cadastro Nacional de Adoção do CNJ / Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG.

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

Confira Nossa Agenda de Leilões

SEGUNDA-FEIRA JULHO 02  TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais 1ª e 2ª Vara Cível Caratinga	SEGUNDA-FEIRA JULHO 02  Tribunal Regional Eleitoral 72ª Zona Eleitoral Caratinga	QUARTA-FEIRA JULHO 04  TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais 1ª Vara Cível Timóteo	
SEXTA-FEIRA JULHO 06  TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude Oliveira	SEGUNDA-FEIRA JULHO 09  TRT MG TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO 2ª Vara do Trabalho Montes Claros	TERÇA-FEIRA JULHO 10  TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais 1ª e 3ª Vara Cível Divinópolis	QUARTA-FEIRA JULHO 11  TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais Vara Única Tupaciguara
QUINTA-FEIRA JULHO 14  TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais 1ª Vara de Feitos Tributários Belo Horizonte	SEGUNDA-FEIRA JULHO 16  TRT MG TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO 1ª Vara do Trabalho Barbacena	TERÇA-FEIRA JULHO 31  TRT MG TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO Vara do Trabalho Pirapora	

leiloesmg@leiloesmg.com.br | 37 3242-2218 | 37 9862-5653 



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG
Carmo do Cajuru/MG
Muzambinho/MG
Pirapora/MG
Passa Quatro/MG
dentre outras...



RENATA CALDEIRA/TJMG

Geraldo Augusto de Almeida

Desde o início deste ano, e em alguns meses de 2017, o senhor esteve à frente do TJMG em função do quadro de saúde do desembargador Herbert Carneiro, que veio a falecer. Como foi para o senhor assumir o Tribunal nesse momento?

Em muitos aspectos, essa foi uma gestão singular. O presidente Herbert e eu sempre estivemos muito integrados, desde o início da gestão. Ele dirigiu o Tribunal com seriedade, dignidade, força e serenidade. Destaco, ademais, a sua extraordinária capacidade de liderança e tirocinio. Pudemos ver, a cada momento, a fecundidade na elaboração e no planejamento de ideias brilhantes, que ele conseguiu executar integralmente até o final. Coube a mim apoiá-lo, na condição de 1º vice-presidente, e, posteriormente, nesses últimos três meses, apenas complementar o seu trabalho, oferecendo minha contribuição e minha experiência para a consecução dos resultados almejados.

Como o Tribunal conseguiu manter seus compromissos em dia diante de um quadro nacional de crise financeira?

A crise econômica e financeira talvez tenha sido o principal desafio desta gestão. Contudo, creio ter sido possível chegar a bons resultados com tenacidade, perseverança, criatividade e espírito demo-

crático. A revisão e os ajustes feitos em despesas do Tribunal e a interlocução permanente com o Poder Executivo foram fundamentais para honrar os compromissos com magistrados e servidores.

Como o senhor avalia os avanços obtidos no primeiro grau nos últimos anos?

A priorização da 1ª Instância foi uma das premissas de todo esse biênio. Trata-se de uma preocupação trazida pelo presidente desembargador Herbert Carneiro e à qual eu dei continuidade no meu período de gestão. Alguns exemplos são a implantação do Comitê Gestor Regional; a nomeação de 54 juizes substitutos e o anúncio de novo concurso; a realização de concurso para servidores; inaugurações de fóruns, adequação e reforma de unidades, priorizando melhores condições de trabalho, mutirões para destruição de armas, mudanças nas práticas de contratação e licitação, redução de despesas.

Vale um registro especial para o aspecto da informática, no que se refere à implantação do PJe 2.0 em um número considerável de comarcas; na área de execução penal, a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); e, na área administrativa, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), acelerando processos administrativos.

Para o senhor, como a interlocução entre o TJMG e a Amagis pode contribuir para o aperfeiçoamento no Poder Judiciário mineiro?

Sem dúvida, a interlocução e o trabalho conjunto desenvolvidos pela Amagis e o Tribunal Mineiro só trazem ganhos para Judiciário. Afinal, a Amagis é, e sempre foi, a família do juiz mineiro. Com o apoio da entidade, o TJMG conseguiu avançar na prestação jurisdicional e estreitou laços com os magistrados, aprendendo a ouvi-los, a motivá-los e a valorizá-los.

Na avaliação do senhor, hoje, quais são os principais desafios que o Judiciário tem pela frente?

Os desafios a serem enfrentados certamente decorrerão do ambiente ainda incerto frente às crises política e financeira do País, que, naturalmente, repercutem no Estado. Esse reflexo se deu também na área política, por exemplo, com legislações que ameaçam direitos dos magistrados e prejudicam a organização dos serviços do Poder Judiciário. A despeito disso, estou confiante no engajamento de magistrados e servidores, e certo que o legado de seriedade, dedicação, profissionalismo e compromisso com a coisa pública deixado por esta gestão contribuirá para que os desafios sejam superados. ■

No dia 13 de abril deste ano, o desembargador Geraldo Augusto de Almeida, então 1º vice-presidente do TJMG, foi eleito presidente do Tribunal, em decorrência do falecimento, no dia 6 de abril, do ex-presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro. Antes mesmo de sua eleição, o magistrado já havia assumido a função interinamente, em função do quadro de saúde de seu antecessor. Ao concluir seu mandato, o desembargador Geraldo Augusto avaliou que a integração com o ex-presidente Herbert Carneiro foi importante para que a gestão pudesse ser concluída com êxito, alcançando resultados positivos para a valorização do Judiciário.

A priorização da 1ª Instância foi uma das premissas de todo esse biênio.

Sem dúvida, a interlocução e o trabalho conjunto desenvolvidos pela Amagis e o Tribunal Mineiro só trazem ganhos para Judiciário. Afinal, a Amagis é, e sempre foi, a família do juiz mineiro.

Homenagem aos aposentados

Solenidade será realizada no dia 16 de agosto

Mais do que uma homenagem, a Amagis reunirá a Magistratura mineira, no dia 16 de agosto, às 19h, no auditório da sede da Associação, para manifestar o reconhecimento de toda a classe à dedicação dos juízes e desembargadores que se aposentaram em 2017.

Essa será a oitava edição da homenagem, que, para a diretoria da Associação, tem o significado especial pelo fato de que, ao lon-

go dos anos, os magistrados, agora aposentados, ajudaram a construir, com dedicação e compromisso, o Judiciário de hoje.

A manifestação pública de respeito tem ainda o objetivo de manter vivos os laços associativos com aqueles que são parte integrante da história da Amagis, segunda maior Associação da América Latina e braço político da Magistratura mineira, legitimada pela união da classe. *Veja ao lado a lista dos homenageados.* ■

Magistratura unida em prol do Nutris

Foram doados dinheiro e material de limpeza

IZABELA MACHADO



Magistrados (as) e pensionistas durante chá solidário

Para fazer frente às dificuldades financeiras do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), instituição que atende a crianças carentes do bairro Mariano de Abreu (região Leste de Belo Horizonte), a diretoria da Amagis promoveu, no dia 7 de junho, uma chá solidário em favor da instituição.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares,

ressaltou que as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Nutris têm comprometido o atendimento às crianças e aos adolescentes. "Nós, que conhecemos o Nutris, ficamos sensibilizados com a realidade das crianças atendidas na creche e comovidos com a luta das pensionistas e dos voluntários que prestam esse valioso serviço aos mais necessitados", disse o presidente ao conclamar todos os magistrados a contribuírem com o Núcleo.

O então presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, e o

e presidente eleito do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, participaram da confraternização juntamente com magistrados e pensionistas. A diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, agradeceu à Amagis pelo apoio. Durante a confraternização, foram doados dinheiro e material de limpeza, que estava em falta no Nutris.

Os magistrados interessados em contribuir podem ligar para os números (31) 3079-3471, na Amagis, ou (31) 3485-6035, no Nutris. ■

MAGISTRADOS AGRACIADOS

- ▶ Américo Freitas de Jesus
- ▶ José Edair de Oliveira
- ▶ João Batista Simeão da Silva
- ▶ Auro Aparecido Maia de Andrade
- ▶ Joaquim Cardoso de Campos Valladares
- ▶ Marcos Irany Rodrigues da Conceição
- ▶ Willys Vilas Boas
- ▶ Márcio Vani Bemfica
- ▶ Wagner Alcântara Pereira
- ▶ Oilson Nunes dos Santos Hoffmann Schmitt
- ▶ Geraldo Carlos Campos
- ▶ Agnaldo Rodrigues Pereira
- ▶ Antônio Carneiro da Silva
- ▶ Ramon Moreira
- ▶ Guilherme Queiroz Lacerda
- ▶ Arsênio Pinto Neto
- ▶ José do Carmo Veiga de Oliveira
- ▶ Sílvia Rodrigues de Oliveira Brito
- ▶ Christiane de Almeida Alvim
- ▶ Maria Cecília Gollner Stephan
- ▶ Angelique Ribeiro de Souza
- ▶ Marli Maria Braga Andrade
- ▶ Bernadete Portugal Simão
- ▶ Heloísa Helena de Ruiz Combat

Frutal terá Apac Juvenil

Obra no Triângulo Mineiro deverá ser concluída em até oito meses

GEORGIA BAÇVAROFF

"Temos que ter em mente que o menor infrator de hoje é o criminoso de amanhã e, se não investirmos na juventude para tentar recuperar, caso necessário, em um futuro próximo iremos nos deparar com maiores criminosos que irão representar um risco para a sociedade". A afirmação é do titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Frutal (Triângulo Mineiro), juiz Gustavo Moreira.

É com esse objetivo, de investir e focar no menor infrator, que a Comarca irá inaugurar no próximo dia 20 de julho, a pedra fundamental para construir a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) Juvenil de Frutal, que, segundo o juiz, poderá ser a primeira do País para menores infratores. A expectativa é que a obra seja concluída dentro de 6 a 8 meses.

BRUNO GONTIJO



Gustavo Moreira

De acordo com o magistrado, apesar de ser uma Comarca de entrância intermediária, Frutal tem um índice de criminalidade elevado. "Atualmente, quando o menor comete um ato infracional grave, ele é internado para a aplicação de medidas socioeducati-

vas. No entanto, hoje, esse sistema não permite a recuperação do adolescente. É aí que entra a Apac", argumentou.

Para ele, são os fundamentos da metodologia apaqueana que geram resultado positivo na vida dos recuperandos na me-

dida em que pune ao mesmo tempo em que ressocializa. "Quando você oferece oportunidade de especialização em alguma atividade laborativa, vincula alguma crença religiosa – de preferência do recuperando, promove aproximação familiar, e pune o infrator pelo erro cometido, dando ao mesmo tempo, subsídio para que ele possa se reestruturar, você demonstra que o mundo do crime não é interessante e que as oportunidades dentro da Apac permitem um novo futuro", explicou. ■

PALESTRA SOBRE

SOBREVIVÊNCIA URBANA



3 de agosto



8h às 12h



Auditório da Amagis
Rua Albita, 194 - BH



Palestra ministrada por policiais federais



Inscrições: (31) 3079-3427 ou juliano@amagis.com.br



No local, poderá ser feita inscrição para a parte prática (treinamento de tiro), que será realizada em data a ser agendada



Vagas limitadas

Realização:



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS

TRE-MG abordará cenário político em curso

Atividade é destinada a juízes que atuarão no pleito deste ano

O TRE-MG, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, promoverá, no final deste mês e no início de agosto, encontros de três turmas do curso preparatório para as eleições gerais de 2018, destinado aos juízes que estarão à frente do pleito deste ano.

Os temas abordados durante o curso serão os crimes eleitorais, o processo penal eleitoral, logística e procedimentos administrativos das eleições, propaganda eleitoral e poder de polícia. A atividade tratará ainda de uma discussão sobre o atual cenário político brasileiro e suas repercussões nas eleições de 2018.

Juíza
Roberta
Rocha
Fonseca

PAULO MÁRCIO SANTOS/CCS-TRE



O curso tem como objetivo atualizar os magistrados que atuarão nas eleições deste ano sobre as mudanças na legislação eleitoral, a fim de garantir a efetividade, transparência e segurança, conferindo por meio da atuação dos juízes a legitimidade ao pleito.

Segundo a juíza Roberta Rocha Fonseca, diretora executiva da Escola Judiciária Eleitoral, pretende-se, com o curso, resguardar todos os direitos dos cidadãos. "A Escola Judiciária

Eleitoral de Minas Gerais, ao promover a capacitação dos juízes e servidores eleitorais, vem atender ao objetivo maior da própria Justiça especializada: eleições transparentes, em observância ao processo democrático", avaliou.

Desde maio deste ano, o TRE-MG vem realizando a capacitação dos juízes eleitorais por meio de encontros presenciais e pelo sistema de ensino a distância. Entre as novidades abordadas nos cursos deste ano,

estão a arrecadação por financiamento coletivo, limite de gastos de acordo com o cargo pretendido pelo candidato, cláusula de acesso ao fundo partidário e a propaganda na internet.

Ao todo, o TRE-MG disponibilizou 101 vagas na primeira e segunda turma, e 102 vagas para a terceira. Cada turma será realizada, respectivamente, nos dias 26 e 27 de julho, 30 e 31 de julho, 2 e 3 de agosto. Os inscritos deverão participar de, no mínimo, 75% das atividades para receber o certificado. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (31) 3307-1391 ou pelo e-mail sefae@tre-mg.jus.br. ■

Congresso tem defesa das mulheres

Desembargadora defendeu criação de projetos interdisciplinares

A importância da aplicação de projetos interdisciplinares para a criação de políticas e ações de combate à violência contra as mulheres foi um dos pontos levantados durante a abertura do 5º Congresso Biental Ciências Penais – Novas Perspectivas, realizado pelo TJMG, no dia 28 de maio, com o apoio da Amagis.

A defesa da criação desses projetos interdisciplinares foi

Abertura
do 5º
Congresso
Biental de
Ciências
Penais

TIAGO PARRELA



feita pela desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), que tem como

superintendente-adjunta a desembargadora Maria Luiza de Marilac Alvarenga Araújo, que também participou da abertura do congresso.

O Comsiv tem, entre suas atribuições, o desen-

volvimento de políticas, treinamentos e ações relacionados ao combate e à prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, como a proposta feita pela desembargadora Kárin Emmerich. ■

Cejusc Ambiental quer atuação ampla

Centro tem a missão de auxiliar juízes em casos relacionados ao setor

TIAGO PARRELA



Desembargadora Shirley Fenzi Bertão (C) durante audiência do Cejusc Ambiental

Desde 2015, quando foi criado em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, do município histórico de Mariana (região Central), o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) Ambiental assumiu como uma de suas missões a busca de uma atuação mais ampla, auxiliando magistrados na mediação e conciliação de casos que envolvam o dano ambiental.

Inicialmente, a criação do centro

teve como objetivo garantir às vítimas da tragédia o ressarcimento de forma mais rápida possível. Entretanto, conforme observou a desembargadora Shirley Fenzi Bertão, coordenadora do Cejusc Ambiental, uma vez que o dano causado com o rompimento da barragem atingiu mais de um Estado, o caso de Mariana passou a ser de competência da Justiça Federal e, assim, o centro voltou sua atuação para a Comarca de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), onde os efeitos foram igualmente danosos.

Como consequência da tragédia, Governador Valadares ficou sem água potável, pois a água do Rio Doce foi contaminada comprometendo a captação e abastecimento da cidade. Segundo a

magistrada, em função desse problema, o Juizado Especial de Governador Valadares enfrentou uma situação insustentável com grande aumento de ações judiciais por dano moral. Assim, o Cejusc Ambiental atuou naquele momento para contribuir com a simplificação de procedimentos, dando agilidade aos processos ajuizados, e na redução do afluxo de ações.

A partir dessa experiência, avaliou a desembargadora Shirley Bertão que a atuação do Cejusc Ambiental poderia ser mais ampla, alcançando situações em que magistrados, membros do Ministério Público, Estado e ONGs possam acionar o centro para intermediação com as partes envolvidas nesses casos de grande repercussão, tanto ambiental quanto social, de-

correntes deste tipo de dano. No entanto, a magistrada observou que os danos patrimoniais não são o foco do Cejusc Ambiental, e que o ocorrido em Governador Valadares foi uma excepcionalidade.

Os magistrados que quiserem contar com o apoio do Cejusc Ambiental podem entrar em contato pelo e-mail cesjusc.ambiental@tjmg.jus.br, telefone (31) 3232-2539, ou preencher formulário disponível no link <https://bit.ly/2yH-W1md>, na opção centros judiciários especializados. ■

RÁPIDAS

★ Os juízes **Haroldo André Toscano de Oliveira**, **Jayme de Oliveira Maia**, **Paulo Roberto Caixeta** e **Ricardo Matos de Oliveira** foram agraciados, no dia 8 de junho, pela Polícia Militar de Minas Gerais com a **Medalha Alferes Tiradentes**, a mais alta comenda concedida pela corporação.

★ Durante sessão realizada no dia 20 de junho, os desembargadores da 12ª Câmara Cível do TJMG homenagearam o desembargador **Saldanha da Fonseca**, que participou de sua última reunião no colegiado, antes de assumir, no dia 29 de junho, o cargo de **corregedor-geral de Justiça do Tribunal**.

Juíza é vice-campeã nacional

Magistrada volta suas atenções para a competição da Amagis

Com o bom resultado conquistado no XXII Campeonato Nacional de Tênis da AMB, realizado nos dias 6 e 9 de junho, em Manaus, com o apoio da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazonas), a juíza Cláudia Helena Batista, diretora de Esportes Especializados da Amagis, volta suas atenções para o II Torneio Amagis de Tênis.

Ao todo, 21 magistrados de todo o País participaram da competição nacional, disputando partidas nas categorias, masculino, feminino e duplas livres. Segunda coloca-

da no feminino, a juíza Cláudia Helena, que pratica a modalidade há 12 anos, destacou a importância da competição para promover o conagração entre os magistrados.

Sobre o II Torneio Amagis de Tênis – Troféu Andréa Foureaux, a juíza Cláudia Helena destacou a homenagem feita à juíza Andréa de Souza Foureaux Benfica, falecida em 6 de junho de 2017, que era praticante do esporte e participou do primeiro torneio realizado pela Associação, e que agora empresta seu nome à competição.

ARQUIVO PESSOAL



Juíza Cláudia Helena Batista na premiação

O torneio da Amagis será realizado nos dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro. As inscrições podem ser feitas até o dia 28 de agosto, nas categorias

avançado masculino, intermediário masculino, feminino, iniciante e duplas masculinas, e estão abertas a associados e seus dependentes. ■

II TORNEIO AMAGIS DE TÊNIS

Troféu "Juíza Andréa Foureaux"

Data: 31/8 e 1º e 2/9

Local: Rua Senador Lima
Guimarães, 153 - Burity - BH

Inscrições:

Até o dia 28 de agosto

Pelo e-mail adaosilvabh@gmail.com ou
pelo telefone com Adão Silva (31) 99691-3579

O torneio é aberto a todos os associados à Amagis e seus cônjuges e filhos.

Categorias :

- Avançado Masculino
- Intermediário Masculino
- Feminino
- Iniciante
- Duplas Masculinas

Mais informações em: www.amagis.com.br



Projeto prevê modernização

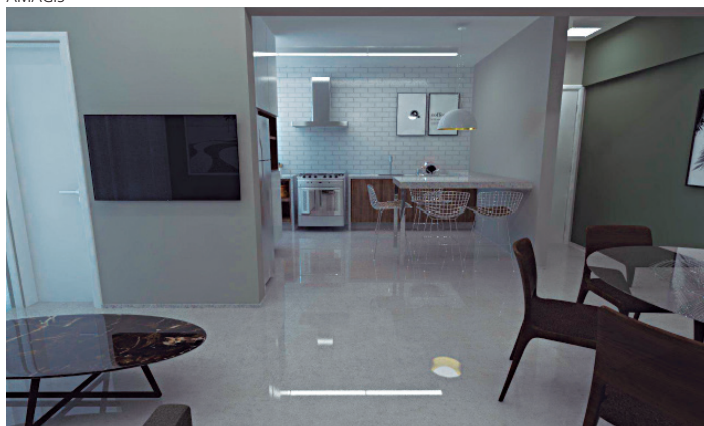
Apartamentos de Cabo Frio serão revitalizados

Com obras já em andamento, o projeto arquitetônico elaborado para a reforma da colônia de férias de Cabo Frio (RJ) prevê a modernização dos oito apartamentos que a Amagis possui no Edifício Nautilus II.

A reforma está sendo realizada em duas etapas, a primeira delas inclui a troca de toda a fiação elétrica dos quadros de distribuição de energia e ampliação do banheiro da suíte para melhorar o acesso ao box.

Com essas mudanças, a diretoria da Amagis, juntamente com a Comissão de Obras, avaliou que esse seria o melhor

AMAGIS



Perspectiva do projeto das unidades de Cabo Frio

momento para também revitalizar o espaço, proporcionando um ambiente mais leve e funcional para receber os associados que se hospedam na colônia.

Entre as mudanças previstas, estão a modernização da cozinha, com melhor aproveitamen-

to do espaço, troca do piso, dos acabamentos dos banheiros, do mobiliário e dos aparelhos eletrodomésticos. Os apartamentos receberão uma nova pintura.

Para reduzir os custos com a reforma, parte do material da obra tem sido adquiri-

do em Belo Horizonte, gerando, em média, economia de 50% em comparação aos preços de Cabo Frio. Outra medida adotada que visa à diminuição dos gastos foi formar a equipe, que trabalha na reforma, com funcionários da Amagis. ■

Inscrições para as férias estão abertas

Sorteio das vagas será realizado no final de agosto

Os associados que desejam passar os feriados de final de ano e férias de verão em uma das colônias de férias da Amagis têm até o dia 23 de agosto para se inscrever. Os interessados poderão concorrer a vagas para as unidades de Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Caldas Novas (GO) e Nova Viçosa (BA).

O sorteio será realizado no dia 30

de agosto, na sala da Amagis no Fórum Lafayette (BH), e é aberto ao público. Não haverá sorteio de vagas para a colônia de Cabo Frio, pois os oito apartamentos da Amagis, no Edifício Nautilus II, estão sendo totalmente reformados (*Saiba mais na matéria acima*).

Em cada uma das cidades onde as colônias estão instaladas, os magistrados podem usufruir as mais variadas opções de descanso e lazer. Em Ubatuba, por exemplo, além de poder aproveitar as praias, os visitantes podem conhecer

o Parque Estadual da Serra do Mar.

No litoral baiano, a colônia de Nova Viçosa é considerada uma ótima opção para quem pretende descansar com os filhos nas férias. Caxambu e Caldas Novas atraem visitantes de todo o País por causa de suas águas termais.

Nos períodos de alta temporada, somente os associados e seus dependentes poderão fazer uso das colônias de férias. Os convidados só terão acesso às unidades em companhia do associado contemplado ou de dependente dele. ■



Faça sua inscrição pelos e-mails

cacia@amagis.com.br ou adriana@amagis.com.br

CONVÊNIOS

* FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO VIDA NATURAL

Desconto de 10% à vista em produtos manipulados, e 7% de desconto em produtos manipulados com prazo de 30 dias.

Telefone: (31) 3225-7282

Endereço: Rua Cláudio Manoel, 31, Funcionários – BH

* MG ONCOLOGIA DROGARIA LTDA

Desconto de 12% sobre o preço de lista ou pelo preço promocional, não cumulativo.

Telefone: (31) 3222-6099

Endereço: Rua Piauí, 646, Santa Efigênia – BH

* NEOPHARMA FARMÁCIA DERMATOLÓGICA

Desconto de 10% na manipulação de medicamentos e fórmulas dermatológicas.

Telefone: (31) 3261-4793

Endereço: Av. do Contorno, 4.031, São Lucas – BH

* ATRIUM TURISMO

Desconto de 2% para associados nas passagens aéreas nacionais e internacionais.

Telefone: (31) 2129-8000

Endereço: Rua Padre Severino, 104, São Pedro – BH

* EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

Descontos de 10% a 80%, exclusivamente no website da editora, para compras de livros e assinatura de periódicos. O benefício é de caráter pessoal e intransferível. O magistrado deverá comprovar sua condição de associado no ato da compra.

Telefone: 0800-7022433

Site: livrariart.com.br

***Link direto para compras no site:** <https://bit.ly/2HN81Q>

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

▶ SEU JORGE

Data: 20 de julho

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 45,00 a R\$ 520,00

Informações: premier.

ticketsforfun.com.br

▶ LÉO JAIME E LEONI – SHOW LEONI E LEONARDO

Data: 21 de julho

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 40,00 a R\$ 560,00

Informações: premier.

ticketsforfun.com.br

▶ NOVOS BAIANOS – ACABOU CHORARE*

Data: 11 de agosto

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 70,00 a R\$ 140,00

Informações: premier.

ticketsforfun.com.br

▶ TRIBUTAO AO REI DO POP (COVER MICHAEL JACKSON)

Data: 19 de agosto

Horário: 18h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 40,00 a R\$ 520,00

Informações: premier.

ticketsforfun.com.br

▶ CAPITAL INICIAL*

Data: 1º de setembro

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 40,00 e R\$ 80,00

Informações: premier.

ticketsforfun.com.br

EXPOSIÇÕES

▶ A ALEGRIA DO FUTEBOL

Data: até 5 de agosto

Horário: 9h às 18h (terça a domingo)

Local: Teatro Sesi Minas

Ingressos: entrada franca

Informações: www7.fiemg.com.br/sesi/centro-de-cultura/belo-horizonte

CINEMA

▶ BLUE EYES OF THE BROKEN DOLL**

Data: 14 de julho

Horário: 16h

Local: Cine Humberto Mauro -
Palácio das Artes

Ingressos: entrada franca

Informações: (31) 3236-7400 ou
fcs.mg.gov.br

▶ PELO AMOR E PELA MORTE**

Data: 4 de agosto

Horário: 16h

Local: Cine Humberto Mauro -
Palácio das Artes

Ingressos: entrada franca

Informações: (31) 3236-7400 ou
fcs.mg.gov.br

TEATRO

▶ HAMLET E EU

Data: 20 de julho a 17 de agosto

Horário: 21h01 (sextas e
sábados); 19h01 (domingos)

Local: Palácio das Artes

Ingressos: R\$ 30,00 (inteira) e
R\$ 15,00 (meia)

Informações: (31) 3236-7400

▶ AUTHENTIC GAMES – AVENTURA NO CIRCO

Data: 16 de setembro

Horário: 18h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 40,00 a R\$ 200,00

Informações: premier.

ticketsforfun.com.br

▶ MASHA E O URSO***

Data: 29 de julho

Horário: 17h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: R\$ 30,00 a R\$ 100,00

Informações: (31) 3236-7400

▶ MANOLETRA MUSICAL***

Data: 21 de julho a 12 de agosto

Horário: 16h31

Local: Palácio das Artes

Ingressos: R\$ 30,00 a R\$ 100,00

Informações: ingressorapido.com.br

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

Campo Aberto – Um dos novos talentos da música mineira, Artur Padua, que desenvolve um trabalho de violonista para samba e choro, lançou seu disco de estreia 'Campo Aberto' como cantor, com regravações de compositores, como Paulinho da Viola, Raphael Rabelo, Pixinguinha, Zé da Zilda e músicas inéditas de Paulo César Pinheiro em parceria com o jovem violonista João Camareiro.

Empunhado de seu violão, Artur Padua já acompanhou grandes nomes da música popular brasileira, como Cristóvão Bastos, Hamilton de Holanda, Zé da Velha, Silvério Pontes e Monarco. O músico também é presente em diversas rodas de choro pela capital mineira e integra também os conjuntos Isto é Nosso, Regional Mineiro e o Trio Caviúna, com repertório de samba, choro e música instrumental.

Com apenas 26 anos, Artur Padua preserva em seu repertório grandes clássicos da música popular brasileira, muitos dos já cantados por Orlando Silva, Nelson Gonçalves, Francisco Alves, Ciro Monteiro, Jorge Veiga e Silvio Caldas, que o inspiram e são referências em sua formação como músico.

'Campo Aberto', lançado em 2017, é um disco com músicas garimpadas do repertório nacional, um álbum de um intérprete, com uma singeleza permeada na escolha das composições e na interpretação desse jovem cantor que estreia abrindo caminho para seu próprio canto. ■

DANIEL CAPU



Capa do Disco Campo Aberto

* Para o voucher do km de vantagens, o ingresso custa R\$48,00.

** As exhibições fazem parte da programação do Cineclub de Rocinate, com classificação a partir de 18 anos.

*** Programação infantil.

MagisCultura terá edição especial

Revista chegará ao seu 20º número neste ano

TIAGO PARRELA



Conselho Editorial em reunião na Amagis

A revista MagisCultura Mineira chegará à sua 20ª edição neste ano. O Conselho Editorial da publicação reuniu-se, nos dias 4 e 18 de junho, para discutir os detalhes da próxima publicação e decidiu que irá preparar uma edição especial para celebrar a marca expressiva.

O primeiro número da revista foi publicado no dia 20 de março de 2009, na gestão do então presidente da Amagis, Nelson Missias de Moraes (2007-2009), hoje presidente do TJMG. Consolidada, a MagisCultura tem o reconhecimento de escritores e acadêmicos, como Rogério Tavares, presidente do BDMG Cultural e membro da Academia Mineira de Letras, que, no lançamento da 19ª edição da revista, afirmou: "A primeira grande contribuição da publicação é resistir no panorama das revistas literárias brasileiras e continuar crescendo".

Ao longo dos anos, intelectuais e artistas, como Manoel Lobato, Fernando Brant, Fábio Lucas e Vivaldi Moreira foram homenageados na revista, estreitando a relação entre a Magistratura mineira e a literatura. Ao lado desses grandes nomes, juízes e desembargadores revelam seu talento, publicando crônicas, contos, ensaios e poemas.

A cada edição, a capa da publicação traz um elemento que compõe a tradição e história cultural do Estado, como

o queijo, as carrancas, a viola caipira e a "Maria Fumaça", resgatando e preservando a mineiridade. A revista divulga ainda ilustrações, fotografias, pinturas e reproduções de esculturas, abrindo espaço para as artes plásticas e visuais.

A seleção dos trabalhos para a edição especial será feita pelo Conselho Editorial. Os textos podem ser enviados até o dia 17 de agosto, devidamente digitados, com no máximo 10 mil caracteres, para o e-mail magis-cultura@amagis.com.br. ■

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

A Amagis é uma construção coletiva em defesa da Magistratura e da Cidadania

AMAGIS

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

facebook.com/Amagis twitter.com/AmagisMG instagram.com/amagismg

RÁPIDAS

★ O juiz **Thiago Colnago**, auxiliar da Presidência do TJMG, lançou, no dia 28 de junho, na sede da Amagis, o livro "Valoração do Exame Criminológico", pela Editora D'Plácido. Segundo o professor da USP **Sérgio Salomão Shecaira**, a obra permite aglutinar decisões e fazer a crítica de tudo o quanto se diz de um exame criminológico.

★ O Pleno do TJMG elegeu, no dia 4 de junho, o juiz **Nicolau Lupianhes Neto** para o cargo de membro efetivo do TRE-MG. A juíza **Cláudia Aparecida Coimbra Alves** foi reconduzida ao cargo de membro substituto, classe juiz de Direito do TRE-MG. O presidente da Amagis, desembargador **Maurício Soares**, participou da sessão do Tribunal

★ O presidente do TJMG, desembargador **Nelson Missias de Moraes**, e o presidente do TRE-MG, desembargador **Pedro Bernardes de Oliveira**, foram agraciados, no dia 26 de junho, Dia do Bombeiro Militar da Reserva e Reformado, com a medalha Tenente-Coronel **João Batista de Assis**, grau ouro. O desembargador **Alberto Diniz**, vice-presidente Financeiro da Amagis, e o desembargador **Saulo Versiani Penna** participaram da cerimônia.

EFEITO VINCULANTE NO NOVO CPC

Súmula vinculante gera efeitos diante do Judiciário em todas as instâncias

JOSÉ DO CARMO VEIGA DE OLIVEIRA*

Dias atrás, recebi desafiador convite pelo editor deste Jornal: escrever artigo sobre o meu livro, já em segunda edição, sobre “A força do efeito vinculante no Novo Código de Processo Civil”. Todavia, em apenas 4.000 caracteres. Diante da proposta, considerando que o livro, para a 2ª edição, que aborda as várias inconstitucionalidades do NCPC, já ultrapassa a casa das 400 páginas, aceitei o desafio.

O efeito vinculante é próprio dos processos objetivos de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal. Mas, o efeito vinculante de que trata o NCPC tem o condão de “vincular” os “precedentes”, embora sem autorização constitucional para editá-los. As decisões que os Tribunais Superiores proferirem deverão ser obrigatoriamente acolhidas pelos Tribunais de instâncias menores e até pelos juízes de 1º grau, além dos Juizados Especiais, mediante aplicação suplementar.

Desta forma, toda petição inicial pós-edição de precedente vinculante que se avizinha do tema editado, deverá o autor do pedido demonstrar,

início litis, que o precedente não se aplica ao caso concreto. Deverá abrir um capítulo de modo a “distinguir” a sua pretensão em face do precedente vinculante que, a nosso sentir, funcionará como espécie de “condição de procedibilidade” visando o prosseguimento do seu petitório. Caberá ao réu impugnar a distinção feita pelo autor, a demonstrar a aplicação do precedente ao caso concreto. O julgador decidirá a respeito – art. 489, § 1º, inciso VI, do NCPC.

No sistema common law, o ato de distinguir é nominado de distinguishing ou distinguish e, em bom português, quer dizer ato ou efeito de distinguir.

Na família do common law, existem duas outras situações: trata-se do overruling, que consiste em técnica de superação do precedente. Deixará o Tribunal de aplicar, total ou parcialmente, um precedente como ratio decidendi, e tem por conceito a razão determinante da decisão geradora do efeito vinculante para igual fundamento fático e jurídico. Significa uma mudança do entendimento do Tribunal quanto ao caso que gerou o posicionamento adotado, ajustando sua jurisprudência quanto a situação de ordem política, econômica, cultural e social, alterando o paradigma consolidado.

“A SÚMULA VINCULANTE GERA EFEITOS DIANTE DO JUDICIÁRIO EM TODAS AS INSTÂNCIAS E ASSIM AO EXECUTIVO. A EXCLUSÃO DO LEGISLATIVO DECORRE DE SER POSSÍVEL EDITAR LEI SOBRE TEMA DE SÚMULA VINCULANTE”

Existe inequívoca distinção entre a ratio decidendi e a obiter dictum. A primeira é a razão jurídica da decisão quanto aos fatos frente ao Direito posto; a segunda constitui-se de argumento, sem qualquer caráter vinculante no contexto decisório. Equivale ao “disse por dizer”, sem constituir fundamento decisório.

Não podemos olvidar o overriding - técnica de superação do precedente - para orientar decisão face novo posicionamento a respeito de uma temática. Assim, o precedente deixa de ser aplicado. Isso não implica cancelamento, mas, diante de uma facticidade frente ao contexto jurídico, a distinção é gerada por meio do overriding.

Exemplo típico: a Súmula 621 editada pelo Supremo Tribunal Federal não foi cancelada porque editada a Súmula 84, do Superior Tribunal de Justiça. Aquela firmou o entendimento de que não seriam admissíveis embargos de terceiro à penhora de imóvel prometido à venda se não inscrita no

registro imobiliário. A segunda afirmou exatamente o contrário.

A súmula vinculante gera efeitos diante do Judiciário em todas as instâncias e assim ao Executivo. A exclusão do Legislativo decorre de ser possível editar lei sobre tema de súmula vinculante.

Esse instituto é fruto da Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 08/12/2004, objeto do Documento nº 319, do Banco Mundial, da pesquisadora Maria Dakolias - “O Setor Judiciário na América Latina e no Caribe - Elementos para Reforma” - ao fundamento de que um País que não tem um Judiciário “confiável”, não é próprio para investimentos internacionais. O “confiável” refere-se a uma “previsibilidade de decisões”, fundada em dois pilares: direito de propriedade e direitos autorais.

Eis, assim, alguns rápidos aspectos abordados na publicação em epígrafe, lembrando que todos são alvos do conhecido fenômeno da “mundialização do capital”, chamado também de “globalização”, que foi pesquisado a partir do ano 3.000 a. C. ■

* Desembargador, Pós-Doutorando em Direito pela Universidade de Salamanca/Espanha.

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

FOTOS: AMAGIS



Crimes de feminicídio

O crescimento dos crimes de feminicídio em Minas Gerais é o tema. Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Roberta Chaves, do 4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, e a advogada Carla Silene, do Instituto de Ciências Penais (ICP)- MG. Por que a legislação não está conseguindo conter a violência contra a mulher? (Foto)

Infância e juventude

Nesse programa, abordamos as ações do Judiciário em defesa da criança e do adolescente. Nossos convidados são o desembargador José Fernandes Filho, da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG, e a advogada Paola Nazareth, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes do Ministério Público de Minas Gerais.

Direito à saúde

O Via Justiça aborda o direito à saúde em Minas e no Brasil. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Renato Dresch, coordenador do Fórum Permanente de Saúde do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e o advogado Bruno Amorim, presidente da Comissão de Saúde da OAB-MG. Quantas ações tramitam no Judiciário mineiro sobre o assunto e como são conduzidas?

Luta antimanicomial

O tema agora é a luta antimanicomial em Minas Gerais e no Brasil e como o Judiciário avalia a delicada situação. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador aposentado, Jarbas Ladeira, e a psicóloga judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Gabriela Mansur. ■

Nova gestão do TJ

Além da elevada carga processual de cerca de 6 milhões de processos, o Judiciário mineiro terá que lidar com a dura realidade da falta de recursos devido à atual crise econômica no País. Como enfrentar o problema e ainda garantir agilidade e eficiência com qualidade? Vamos conversar com o novo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Missias de Moraes. (Foto)

Meio Ambiente

Iniciativa pioneira põe Minas na frente pela busca de solução consensual de conflitos relacionados a questões ambientais. Para falar sobre o assunto, convidamos a desembargadora Shirley Fenzi Bertão, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental (CE-JUSC). Qual é o alcance das medidas e efeitos sobre a prestação jurisdicional e a sociedade?

Ações fraudulentas

Além do desafio de dar respostas à alta carga processual em Minas e no País, o Judiciário enfrenta ações falsas e fraudulentas que dificultam ainda mais o seu desempenho. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Guilherme Lima Nogueira, auxiliar da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais. O que são essas ações criminosas e quem são os responsáveis por essas fraudes?

Juizados Especiais

De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Justiça, o Juizado Especial de Minas Gerais apresentou o melhor desempenho do País. Conversaremos sobre o assunto com o juiz Francisco Ricardo Sales Costa, coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte. ■

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

TV COMUNITÁRIA Sexta-feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

TV

TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

SUSP SE DISTANCIA DA PROPOSTA ORIGINAL

Instituições criticam projeto aprovado no Congresso Nacional

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

O Susp (Sistema Único de Segurança Pública), depois de mais de vinte anos de espera, virou lei. Atendendo aos apelos da bancada da Segurança Pública, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, trabalhou intensamente, para a unificação dos procedimentos e da integração entre os órgãos policiais do setor no país, ao fito de regulamentar o art. 144 da Constituição de 1988.

Como se sabe, a matéria já se arrastava a passo de cágado, porquanto enviada ao Congresso pelo Ministério de Justiça, nos idos de 2003, durante o governo Lula. Em 2012, virou projeto de lei na presidência de Dilma Rousseff. Em 2018, ressuscitou das gavetas empoeiradas do Congresso, onde jazia adormecido, para dar base ao recém e apressado Ministério da Segurança Pública do governo Temer.

A cesta do Susp, como não poderia deixar de ser, foi mexida e remexida, tornando seu marco legal distante da concepção original. Segundo Jacqueline Muniz e Luciane Patrício, antropólogas e professoras do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), "seu papel, segundo os idealizadores, era transformar órgãos e concorrentes em partes independentes de um todo cooperativo e governável, definindo competências exclusivas, particulares e redundantes dos entes federados. Para permitir capacidade de gestão, pôr de pé a 'arquitetura institucional do Susp', essa instituição técnico-política foi esquecida". (Tendências e Debates, opinião, Folha de São Paulo, de 9 de junho de 2018). E concluem: "Nós, que participamos da criação do Susp, recomendamos correções e inclusões encampadas por parlamentares progressistas. A relatoria acatou as que não afetavam o coração da lei, que retrocedeu a segurança pública à questão policial, onde sempre cabe mais um. Quando se usam lobbies corporativistas".

Também em nota contrária ao projeto de lei que criou o Sistema Único de Segurança Pública, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) se posicionaram contrariamente à incorporação dos sistemas socioeducativo e penitenciário ao Sistema Único de Segurança Pública.

Segundo o texto, "ao prever a inclusão da Política de Atendimento Socioeducativo, da Política Penitenciária e da Política de Drogas no SUSP,

institucionalizará uma confusão insanável, irresponsável e inadmissível entre políticas públicas de caráter pedagógico, de saúde e de integração social com perspectivas de repressão, investigação e controle".

E acrescenta que: "A proposta desconsidera as especificidades de cada uma dessas áreas. A unificação também tira a atribuição do sistema penitenciário e de drogas do Ministério da Justiça e do sistema socioeducativo do Ministério dos Direitos Humanos".

Com toda razão, expõe que a proposta desconsiderou as especificidades de cada uma dessas áreas, acentuando "o distanciamento entre as necessidades da sociedade e a prestação de serviços públicos, em especial por não reconhecer arranjos organizativos próprios, perfil e formação de pessoal adequados, tipos de carreiras, princípios e metodologias condizentes com os públicos e objetivos das políticas, orçamento e lógicas de execução financeira distintas. Não se desconhece as interfaces dessas políticas públicas e seu impacto para o planejamento e execução da política de segurança pública, e, para isso, mecanismos de interação, diálogo e coordenação, a partir de ações pactuadas, podem e devem ser desenvolvidos. Entretanto, isso não justifica a submissão orgânica de uma dessas políticas a outra, como quer a proposta aprovada

pela Câmara dos Deputados no dia 11 de abril de 2018" (Nota Pública n. 17, de 13 de abril de 2018, em conjunto com Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura).

Em síntese, resta evidente, que o deputado Rodrigo Maia, o presidente Temer e o Congresso Nacional simplesmente olvidaram que a política de atendimento socioeducativo no Brasil tem como referência normativa os postulados e diretrizes consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), no art. 227 da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/1990), na Lei Federal 12.594/2012 (Lei do SINASE), na Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e na Resolução 160/2013 do CONANDA, que estabelece o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.■

*Desembargador

"A CESTA DO SUSP, COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE SER, FOI MEXIDA E REMEXIDA, TORNANDO SEU MARCO LEGAL DISTANTE DA CONCEPÇÃO ORIGINAL"

Campanha faz alerta sobre hepatites virais

Mal nem sempre manifesta sintomas

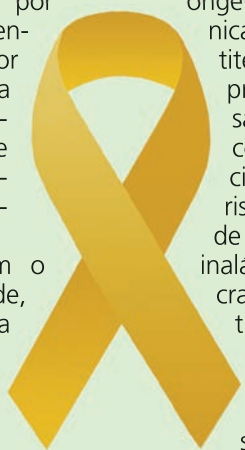
Em alusão ao Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais, celebrado em 28 de julho, durante este mês é realizada a Campanha Julho Amarelo, para alertar sobre os riscos das doenças, que são consideradas silenciosas por nem sempre apresentarem sintomas. Por isso, o propósito da mobilização é estimular a prevenção e o diagnóstico precoce que torna o tratamento mais eficaz.

De acordo com o Ministério da Saúde, por mais que haja variação da doença de acordo com a região, no Brasil, a distribuição das hepatites virais é universal. Atualmente, estão identificadas cinco formas da enfermidade, classificadas em A, B, C, D e E.

As hepatites A e E são transmitidas de forma semelhantes, sendo que o contágio pelo tipo E da doença é mais comum em países em desenvolvimento, onde os reservatórios de água estão mais sujeitos a contaminação.

A hepatite B é considerada uma doença sexualmente transmissível, cuja infecção pode se dar ainda por meio de compartilhamento de

agulhas, seringas, tatuagens, piercings, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos, entre outros. Uma curiosidade é que a hepatite D depende do vírus do tipo B para poder causar a doença.



Considerado a principal origem da hepatite crônica, o vírus da hepatite C é transmitido principalmente pelo sangue, ocorrendo com maior incidência em grupos de riscos, como usuários de drogas injetáveis, inaláveis e usuários de crack. Pessoas com tatuagens e piercings também podem ser expostas ao vírus. A transmissão por via sexual é pouco frequente.

O diagnóstico das hepatites B, C e D só pode ser feito por meio de exames de sangue. Já o vírus do tipo A, além do diagnóstico em laboratório, pode ser feito ao se investigar se a pessoa com a suspeita da doença tenha entrado em contato com alguém contaminado.

Quando manifesta sintomas, as hepatites virais causam febre, vômitos, fraqueza, mal-estar, dor abdominal, enjoo/náuseas, perda de apetite, urina escura, olhos e peles amarelados e fezes esbranquiçadas. ■

DICAS

INFORMAR CPF É OBRIGATÓRIO

○ A informação do CPF no cadastro é obrigatória?

Sim. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) exige que todos os beneficiários dos planos de saúde informem o número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) à operadora do serviço.

○ Menores de 18 anos precisam informar o CPF?

Sim. A exigência da ANS também é válida para menores de 18 anos.

○ Quais outros dados precisam ser atualizados?

Além do CPF, do titular e dos dependentes, é preciso atualizar os números de telefones e e-mail. Os dados dos pais dos dependentes precisam estar corretos e completos.

○ Qual a importância da atualização do cadastro para a Amagis Saúde?

É essencial para que a Amagis Saúde mantenha a qualidade da sua base cadastral, conforme exigência da ANS, e garanta o bom resultado no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Manter o cadastro atualizado também é importante para que o plano não sofra nenhuma penalidade por parte da agência reguladora.

○ Como atualizar o cadastro?

O cadastro pode ser atualizado por telefone, e-mail, pelo site, presencialmente ou com envio de correspondência. Veja abaixo os meios disponíveis para a atualização do cadastro.

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone: (31) 3079-3499 – ramal 3421 ou (31) 3079-3482

E-mail: cadastro@amagis.com.br

Site: amagissaude.com.br
(Selecionar a opção 'Fale Conosco' e logo depois a seção 'Cadastro de Associados')

Presencialmente ou por correspondência:
Sede da Amagis Saúde
Rua Albita, 194, 6º andar, Cruzeiro, BH/MG

Integramagis fortalece conagraçamento da classe

Palestra propôs reflexão sobre os relacionamentos e as emoções

Em uma noite marcada pela palestra “Cuidando de si mesmo e dos relacionamentos”, proferida pelo professor Júlio Machado, o Integramagis, realizado no dia 19 de junho, propôs a magistrados e seus familiares presentes uma reflexão sobre a identidade de cada um e o contato diário com as outras pessoas, fortalecendo também os laços de união entre a classe.

Na abertura do evento, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, agradeceu a presença de todos e destacou a importância de os magistrados e seus familiares reunirem-se em um encontro de conagraçamento como o Integramagis, que promove tanto a integração e a qualidade de vida da Magistratura quanto preserva o espírito do associativismo mineiro.

Maurício Soares agradeceu ainda a presença especial do desembargador Nelson Missias de Moraes, então presiden-

te eleito do TJMG, e destacou seu irrisuível apoio ao Integramagis. “Nelson Missias sempre foi um grande incentivador do programa da Amagis Saúde e sempre batalhou pela integração de todos os magistrados de Minas Gerais”, afirmou.

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixoto, o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, e a diretora de pensionistas, Marlene Fernandes, também participaram da confraternização.

PALESTRA

Durante a palestra, o professor Júlio Machado destacou a importância dos indivíduos cuidarem de suas emoções. “Todos nós vivemos nesse estado (vibracional). Em um dia, estamos mais otimistas, em outro, mais pessimistas. E assim nossa realidade é construída. Portanto, é importante estarmos atentos a nossas vibrações, pois elas vão impactar di-

Alberto Diniz, Júlio Machado, Marlene Fernandes, Maurício Soares e Luzia Peixoto



Presidentes da Amagis e do TJMG



retamente nossa saúde e os relacionamentos”, afirmou o palestrante.

Segundo o professor, ao não nos darmos conta de quem somos por dentro, vamos nos comparar, e isso inevitavelmente leva ao sofrimento. “Junto com a comparação, vem um dos sete pecados capitais: a inveja. E inveja não significa querer o que o outro tem.

Na verdade, ela é a corrupção do bem”, afirmou o professor. De acordo com ele, o antídoto para a inveja é tomar consciência dela, cuidar do seu interior e aprender a direcionar nossa atenção para a expansão do que já conquistamos.

O evento teve ainda a apresentação musical da dupla Henrique Jotta e Liana. ■